

Direito Administrativo I

Exame de Coincidência – Turma A

Tópico de Correção

I

O Conselho Diretivo da Fundação Mata do Bussaco, F.P., aprovou um regulamento com o seguinte conteúdo:

“1. São fixados os preços dos vários serviços prestados ao público pela Fundação, bem como as condições de acesso aos mesmos, nos termos dos anexos ao presente regulamento;

2. O Conselho Diretivo pode delegar no Diretor do Departamento de Gestão Corrente a competência para determinar a restrição ao acesso de serviços previstos no presente regulamento

3. Os preços previstos no n.º 1 devem ser fixados anualmente, até dia 31 de outubro, para o ano subsequente”.

1) Serão válidas as presentes normas regulamentares? (2 vals.)

— *O princípio da precedência de lei (cfr. PO, Manual..., I, p. 381);*

— *A necessidade de um ato legislativo para habilitar a delegação de poderes (artigo 44.º/1 do CPA)*

— *A invalidade do n.º 2 por contrariar a lei: o vício de violação de lei;*

— (...).

2) Se concluir pela ilegalidade de alguma das normas em causa, devem os órgãos da Fundação proceder à sua aplicação? (2 vals.)

— *O princípio da vinculação administrativa à aplicação de normas inválidas;*

— *Idem: fundamento e limites;*

— (...).

3) Delegada a competência ao Diretor do Departamento de Gestão Corrente, pergunta-se:

a) É o ato de delegação válido? (2 vals.)

— *A inexistência de ato legislativo habilitante*

— *A invalidade do ato de delegação*

— (...).

b) Se o Diretor do Departamento de Gestão Corrente praticar um ato administrativo que restringe o acesso aos serviços da Mata Nacional do Bussaco apenas aos cidadãos vacinados podemos considerar o ato válido? (4 vals.)

- *O vício de incompetência relativa;*
- *A invalidade do ato administrativo praticado sem lei habilitante e por referência a um ato de delegação inválido;*
- *Em qualquer caso discussão sobre o vício de violação de lei: a discriminação entre cidadãos vacinados e não-vacinados e a sua fundamentação;*
- (...).

c) Havendo ordens expressas do Diretor do Departamento de Gestão Corrente para ser feito um controlo apertado da verificação dos utentes vacinados e não permitir a entrada de qualquer pessoa não vacinada, poderiam os funcionários do departamento recusar-se a cumprir esta ordem? (3 vals.)

- *A existência de hierarquia administrativa no âmbito da Fundação;*
- *O poder de direção e dever de obediência;*
- *As causas de cessação do dever de obediência;*
- *O cumprimento de ordens que implicam o cumprimento de um ato inválido (nulo ou anulável) e a ponderação da salvaguarda de direitos fundamentais;*
- *Valorização da posição do aluno;*
- (...)

4) Se em 1 de dezembro de 2021 o Conselho Diretivo da Fundação ainda não tivesse fixado os preços para o ano de 2022 poderia o Ministro do Ambiente fixá-los? (3 valores)

- *Existência de uma relação de superintendência e tutela entre o Ministério do Ambiente e a Fundação Mata do Bussaco;*
- *A tutela substitutiva;*
- *A possibilidade de exercício da tutela substitutiva em casos de inércia grave no âmbito da Administração Indireta (artigo 41.º/9 da LQIP)*
- *Idem: posição do aluno no presente caso;*
- (...)

II

Comente: “A existência de uma ‘Administração Pública sob forma privada’ funcionando paralelamente à tradicional Administração Pública sob forma pública, provoca uma verdadeira revolução organizativa” (4 vals.)

- *A organização administrativa como objeto de um processo de “societarização” (PO, Manual de Direito Administrativo, I, 470);*

- *A prossecução do interesse público não é reservada às entidades de Direito Público nem a pessoas coletivas privadas alicerçadas num título específico (PO, Manual de Direito Administrativo, I, 470);*
- *O conceito de personalidade jurídica de direito público desvaloriza-se (PO, Manual de Direito Administrativo, I, 470)*
- *Inexistência de uma identidade absoluta entre organização administrativa e subordinação predominante ao Direito Administrativo (PO, Manual de Direito Administrativo, I, 470).*
- (...)

Duração: 90 minutos

28 de janeiro de 2022.